

O MOVIMENTO DE PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO: uma breve discussão teórica sobre o campesinato e a pequena produção rural familiar

F. D. P. Marinho

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
fabiogeografo@yahoo.com.br

Artigo submetido em junho/2012 e aceito em janeiro/2013

RESUMO

Este artigo é uma síntese do primeiro capítulo da dissertação intitulada *A reprodução do espaço da pequena rural familiar em Canguaretama/RN*, defendida em 2009 no Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. É discutido, neste artigo, a produção e reprodução do espaço agrário e suas repercussões sobre o campesinato e a pequena produção rural familiar. Para tal, um levantamento teórico sobre a produção do

espaço é de extrema relevância, acompanhado dos impactos socioespaciais que esta produção provocou no modelo camponês. É também discutido as correntes teóricas sobre a formação do campesinato brasileiro, trazendo à tona e confrontando importantes estudiosos da área da sociologia e geografia agrárias.

PALAVRAS-CHAVE: Produção do espaço, campesinato, pequena produção rural familiar.

THE MOVEMENT OF PRODUCTION AND REPRODUCTION OF AN AGRARIAN LANDSCAPE: a brief theoretical discussion on the peasantry and the small family farm production

ABSTRACT

This article is a synthesis of the first chapter of the dissertation entitled *The reproduction of the family's small rural Canguaretama / RN*, defended in 2009 at the Post-Graduate Studies and Research in Geography, Federal University of Rio Grande do Norte. It is discussed in this article, the production and reproduction of an agrarian landscape and its impact on the peasantry and the small family farm production. To

this end, a theoretical survey on the production of space is extremely important, along with the socio-spatial impacts that this production had on the model farmer. It also discussed the current theories about the formation of the Brazilian peasantry, surfacing and confronting important scholars in the field of agrarian sociology and geography.

KEY-WORDS: Production of space, peasants, small family farm production.

O MOVIMENTO DE PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO: uma breve discussão teórica sobre o campesinato e a pequena produção rural familiar

INTRODUÇÃO

A pequena produção rural familiar, por ser um ramo da produção agrícola, vem tendo a sua dinâmica alterada pela economia de mercado trazendo consequências para a população envolvida, tais como o avanço da proletarização entre os pequenos produtores e as oscilações na produtividade.

Deste modo, a análise da reprodução do espaço da pequena produção, se torna um rico campo de estudos para as ciências sociais, especialmente, a Ciência Geográfica, visto que as causas e consequências desta dinâmica são impressas e/ou condicionadas pelo espaço.

Contudo, esta análise estar imbuída de uma grande discussão teórica, que engloba a produção do espaço geográfico, especificamente o espaço agrário; o campesinato; e a pequena produção.

O espaço agrário se tornou extremamente complexo com o avanço do capitalismo, quebrando, ou reformulando antigas estruturas sociais de produção e criando outras. Esta quebra e/ou transformações foram mais intensas no modelo de produção camponês afetando a produção agrícola, o uso da terra e a comercialização realizada dentro deste modelo.

No Brasil, a formação do espaço agrário e do campesinato, não se deram da mesma forma como ocorrido na Europa, onde foram produzidos os primeiros estudos relacionados com o avanço do capital sobre o campo. Entretanto, a base deste avanço foi e continua sendo a mesma: a apropriação dos meios de produção (a terra) e quebra ou reformulação das relações não-capitalistas de produção.

Neste artigo é analisado todo este movimento de produção e reprodução do espaço e suas implicações para a agricultura familiar e para o camponês, tendo como objetivo trazer uma contribuição teórica sucinta para estudiosos tanto da Ciência Geográfica, como áreas afins que se interessem pelas transformações que ocorrem no espaço agrário.

2. A (RE)PRODUÇÃO DO ESPAÇO

Discutir a reprodução do espaço da pequena produção rural requer uma construção teórica dos elementos envolvidos na presente problemática. Desta maneira, a discussão sobre o movimento de produção e reprodução do espaço se torna primordial. Para tanto, faz-se necessário um breve resgate histórico das transformações epistemológicas ocorridas na Geografia. Não é feita aqui uma retomada da discussão de toda esta história epistemológica, visto que, a teorização sobre a produção do espaço se torna mais intrigante e útil a esta pesquisa, a partir da “virada de mesa paradigmática” que a Ciência Geográfica sofreu no início da década de 1970, no que se refere a consolidação do viés marxista nos pressupostos da então fase crítica da Ciência Geográfica.

A Geografia Crítica posicionou-se duramente aos pressupostos defendidos pela então Nova Geografia ou Geografia Teorética, escola dominante no seio desta ciência. Imbuídos pelas ideias marxistas, os geógrafos, seguidores desta nova corrente, teceram duras críticas ao caráter apolítico do horizonte teorético, bem como ao comportamento social inteiramente racional a um modelo de concorrência perfeita, uma difusão igualitária da informação e um espaço isomórfico (GOMES, 1996). Dentro desta perspectiva, o olhar crítico permitia a produção de um conhecimento voltado para a essência e, através do método materialismo histórico e dialético era possível sintetizar a realidade social, transformando-a em processo de pensamento, o que eliminava as aparências e, se utilizando da razão, a verdadeira realidade era revelada.

A ideia de espaço isomórfico vem à tona, e novos elementos de análise da sociedade mostram um espaço regido e regente de contradições. Estes elementos estão associados à produção material ou plano econômico, sendo estes definidores das estruturas sociais. Lefebvre, *Apud* Correa (2000), dentro de uma análise marxista do espaço, trouxe uma considerável contribuição ao dizer que o espaço é o *locus* da reprodução das relações sociais de produção, pois dentro desta visão, o espaço aparece como “um instrumento político, um campo de ações de um indivíduo ou grupo, ligado ao processo de reprodução da força de trabalho através do consumo”, agindo na produção da sociedade. No momento em que os geógrafos marxistas absorveram a concepção lefebvriana, tem-se novos vieses condicionantes do espaço, seguindo diversas linhas, principalmente a de caráter econômico.

Tem-se um espaço que revela no conteúdo das suas formas, as contradições que a produziram, e que essas, por sua vez, criam condições para a reprodução das relações sociais. Desse modo, o espaço se comporta, tanto como resultado, como condição para a reprodução social. Em outros termos, o espaço é “efeito” que se transforma em “causa”, ou em resultado que se transforma em “processo” (GODOY, 2004).

Moreira (2004, p. 11) afirma que “o espaço não seria formação espacial se o processo de produção, não fosse, em verdade, um processo de reprodução.” Ainda para este autor, pensar a produção sem a reprodução, é afirmar a existência efêmera do espaço, que só existiria no momento de transformação da “primeira natureza” em bens através do trabalho e, encerrado o processo de produção, também teria fim a “ordem espacial.” Mas se o espaço tem uma existência permanente, isso significa que o processo de produção, também é o de reprodução. Como a produção do espaço possui uma correspondência com a sociedade que está aí inserida, tem-se um jogo dialético que imprime marcas nas relações sociais.

Para produzir, dentro da sociedade, os homens mantem relações sociais, denominadas de relações de produção, devido a necessidade de produzir. Então, se ocorre um processo de reprodução, isso leva, também, a reprodução das relações de produção (MOREIRA, op. cit.).

Dependendo da estrutura de classes, uma destas se destacará no comando do processo global de produção. Então, deste modo, cada vez que ocorrer a reprodução das relações sociais de produção, estar-se-a reproduzindo também a estrutura de classes presente no espaço (MOREIRA, 2004.). No modo de produção capitalista, as relações entre classes ocorrem num campo marcado pelas desigualdades e contradições, que conseqüentemente, são impressas na produção espaço.

Lefebvre, (2006) ao analisar as desigualdades na produção do espaço, revela que as contradições da sociedade se elevam no espaço, no nível do espaço, engendrando contradições no espaço. Harvey (2004) traz um pensamento semelhante ao de Lefebvre quando afirma que o espaço é construído de maneira desigual, gerando desenvolvimentos geográficos desiguais, que dificulta a unificação dos múltiplos interesses das classes sociais. Santos, ao tratar do espaço que une e separa, expõe que no “espaço construído, a estrutura e a técnica é seletivamente utilizados pelos diversos tipos de modalidades de capital” e acrescenta que “com o desenvolvimento das forças produtivas e a extensão da divisão do trabalho, o espaço é manipulado para aprofundar as diferenças de classes” (SANTOS, 2007, p. 32). Deste modo, a produção do espaço consiste, então, na produção de objetos geografizados que segue uma lógica econômica, cumprindo funções diferenciadas ligadas às necessidades de reprodução das relações sociais de produção, bem como da divisão de trabalho. Tem-se assim, um espaço desigualmente construído, onde o mesmo é a materialidade e a mediação entre sistemas de produção e de reprodução do trabalho, tanto em sua dimensão técnica quanto material. Em outros termos, o espaço seria um sistema de sistemas, ou como defende Santos (1996), um sistema de objetos e de ações (GODOY, 2004).

Então se o espaço é um sistema de objetos, a análise de sua produção leva o espaço a se tornar a dimensão concreta da organização do sistema de ações que o produz. Nesta relação dialética de sistemas, a produção desigual do espaço deve ser analisada em sua totalidade, não apenas baseada no modo de produção capitalista, mas na sociedade como um todo (ROSSINI, 1986). Tal análise começa pela produção do espaço geográfico, através das relações de trabalho. Rossini (1986) afirma que as relações de trabalho ocorrem através da divisão que ocorre na sociedade e no espaço, e em ambos, o principal objetivo é a reprodução ampliada do capital.

Marx, em seus estudos, já analisava as transformações nas relações de trabalho dentro da sociedade capitalista. Este autor (1985, p. 262) afirma “que a relação-capital pressupõe a separação entre os trabalhadores e a propriedade das condições de realização do trabalho”, deste modo há uma transformação dos meios de subsistência e de produção em capital e dos produtores em assalariados. A separação do trabalho livre das condições objetivas de sua consolidação faz com que o trabalhador seja separado da terra enquanto seu meio natural de sobrevivência, acarretando a dissolução da pequena propriedade livre (MARX, 1986, p. 65).

Karl Kautsky (1980), em sua obra “*A Questão Agrária*” defende um pensamento semelhante de dissolução da pequena propriedade, encontrado em Marx. Nos pressupostos de Kautsky a classe camponesa desapareceria gradativamente, pois o modelo capitalista não comportaria outras classes, senão a burguesia e o proletariado. Ele não acreditava que a agricultura familiar poderia ser recriada pelo capital, que, através do avanço da indústria teria sua mão-de-obra camponesa proletarizada (KAUTSKY, 1980). Alexander Chayanov, outro importante estudioso da questão agrária, defendia pressupostos contrários ao do seu contemporâneo. Para este estudioso, a inserção da agricultura familiar no modo de produção capitalista não marcaria o seu fim. Os camponeses teriam a possibilidade de se dedicar maior tempo a um menor número de culturas, porém mais valorizadas no mercado. Desta forma, não haveria uma destruição, mas uma redefinição das formas de produzir da classe camponesa (CHAYANOV, 1974).

Estes três autores já discutiam uma dialética apurada. Em suas publicações sobre as transformações no campo fica evidente a contribuição de cada um para os estudos que envolvem as questões agrárias, especificamente, a pequena produção. De um lado, verifica-se a proletarização dos trabalhadores rurais e a quebra dos vínculos com a terra. Do outro, nota-se que parte da pequena produção consegue se encaixar no jogo da economia de mercado.

Em relação ao espaço, a divisão ocorre no modo de apropriação da terra. Neste caso, quando o capital apropria-se dos ramos da produção social, “imporá a propriedade da terra uma forma qualitativamente diferenciada das antecedentes, na medida em que transformam em formas adequadas do processo de acumulação do capital” (LIMA, 1982, p. 31). A propriedade da terra como condicionante natural impossibilita o processo de acumulação do capital, e o desenvolvimento do capitalismo requer uma transformação de sua utilidade. O acesso à terra perde seus antigos vínculos passando a vigorar a apropriação via transferência de seu valor de uso para um valor de troca (AMIN; VERGOPOULOS, 1977). Assim a terra mantém sua forma puramente econômica, livrando-se de todos os seus vínculos políticos e sociais (LIMA, 1982).

Não se pode esquecer da técnica e seu uso diferenciado que engendra, também, a produção desigual do espaço. Conforme Santos (2008, p. 42) expõe, “no domínio das relações entre técnica e espaço, uma primeira realidade a não esquecer é a da propagação desigual das técnicas.” O modo como se combinam os diferentes sistemas técnicos de idades diferentes irão trazer consequências sobre as possíveis formas de vida numa determinada área.

Tais mudanças estão inseridas num arcabouço maior que é a própria formação da sociedade capitalista. Para Santos (2005, p. 33) “o espaço reproduz-se, ele mesmo, no interior da totalidade, quando evolui em função do modo de produção e de seus momentos sucessivos”. Essa reprodução influencia as estruturas, tornando-se um elemento fundamental da totalidade social. No espaço agrário, essa reprodução é bem vislumbrada no desenvolvimento do modo de produção capitalista que cria um processo de dissolução das relações de produção calcadas no valor de uso. Esta premissa cria uma nova base de reprodução do capital através da concretização das forças produtivas materiais, como aponta Barrios (1986, p. 5), ao analisar as práticas econômicas e o espaço:

No sistema capitalista, em particular, a reprodução dos grupos dominantes estará centrada em torno da acumulação do capital. O sistema produtivo estabelecido, a tecnologia desenvolvida e as adaptações ambientais realizadas responderão, por conseguinte, aos fins assinalados. Não obstante, as classes dominadas, em seu intento de sobrepor-se às limitações materiais que para elas decorrem da racionalidade imperante, tratam também de intervir, na medida de suas possibilidades, no meio que as circunda.

Esta reprodução ampliada do capital vai se fortalecendo com avanço da industrialização pelo espaço urbano e o maior consumo de gêneros agrícolas, que de certa forma, provocaram sensíveis mudanças na relação campo-cidade. O surgimento da indústria que se consolida no meio urbano, traz consigo a dissolução da unidade produtiva camponesa (LIMA, 1982). Com isso, surge uma esfera de troca mais complexa entre campo e cidade, cada um com sua produção especializada. O modo de produção capitalista para incorporar uma

formação pré-capitalista, deve, primeiramente, romper a auto-suficiência e o circuito fechado da agricultura (LIPIETZ, 1988). Este rompimento ocorre com um aumento do produto como valor de troca, pois o excedente gerado vai perdendo sua utilidade para quem produz, se transformando em mercadoria (LIMA, 1982). Dessa forma, o agricultor vai produzindo, na medida, que as mercadorias vão adquirindo um maior valor de troca, pois a produção passa a ser regida pela Lei do valor que corresponde: “a forma pela qual se distribui o trabalho dentro de uma economia mercantil, na medida em que o trabalho concreto, individual, perde as suas condições de isolamento para se transformar em trabalho socialmente distribuído” (LIMA, 1982, p. 30). Entretanto, a mercadoria vai além do produto como valor de troca, todo componente da produção (terra, trabalho e meios de trabalho) se torna mercadoria. Desse modo, a penetração do capital no meio rural transforma os produtos em mercadorias levando a uma diferenciação especulativa acompanhada de uma especialização mercantil que, por sua vez, gerará diferenças de valor entre os espaços agrícolas (SANTOS, 2007).

A ação do capital realiza profundas mudanças na estrutura de produção e de relações sociais no campo. As formas são refuncionalizadas, ou seja, ganham novas utilidades; e outras novas são inseridas, para atender uma nova realidade de consumo. Um novo agente, o capital, agora mais atuante, na agricultura, torna ainda mais complexa as relações no espaço.

Na realidade do campo brasileiro e especificamente, este jogo social dialético está presente na dicotomia entre agricultura familiar e a agroindústria. Mudam-se as relações de trabalho, o uso da terra e outros meios de produção. O processo de capitalização avança, porém algumas estruturas da pequena produção ainda resistem a este processo. De um lado, verifica-se a proletarianização dos trabalhadores rurais e quebra dos vínculos com a terra. Do outro, nota-se que parte da pequena produção consegue se encaixar no jogo da economia de mercado. Santos (1996, p. 18) ao analisar esta dicotomia no espaço afirma que:

Há um conflito que se agrava entre um espaço local, espaço vivido por todos os vizinhos, e um espaço global, habitado por um processo racionalizador e um conteúdo de origem distante e que chegam a cada lugar com os objetos e as normas estabelecidas para servi-los.

Conflitos geradores de formas, que exprimem contradições, confrontos entre velhas e novas funções, arranjos e rearranjos, pois, o espaço não carrega apenas elementos atuais, mas, também, do passado que resistem ou são requalificados pela nova realidade do capital. Assim, as formas espaciais são alteradas e o espaço se modifica à medida que a sociedade se transforma.

Por conseguinte, o espaço não é totalmente transformado. Como afirma Santos (2007, p.13) “a atualidade do espaço é formado por momentos que foram e agora cristalizados e formas-objetos do tempo presente.” Apesar do avanço do capital no campo, sobretudo, no caso brasileiro, onde a estrutura agrária é, desde os tempos coloniais, baseada na grande exploração rural (PRADO Jr., 1979), as estruturas antigas, baseadas numa pequena produção de excedentes agrícolas, ainda resistem pelo espaço agrário do país, principalmente, em pequenos municípios, onde, apesar do êxodo rural, uma significativa massa populacional se encontra engendrada nessa forma de produção.

É uma realidade espacial que se materializa, através das relações sociais. “Essa relação interna do homem com o restante do universo da natureza se externaliza para se materializar na forma do espaço” (MOREIRA, 2004, p. 49). Diante das formulações expostas, o espaço geográfico não pode ser visto apenas como uma mera base conceitual, mas como uma realidade de ordem material. É a queda do “espaço receptáculo”, como apenas um simples palco que nada influencia. Smith *apud* Fajardo (2005), afirma que as ações da sociedade capitalista não mais aceitam o espaço como receptáculo, mas que a mesma produz, vive, atua e trabalha o espaço. Moreira (2004) expõe que o espaço interfere e age como elemento regulador da produção, através de uma realidade material de arranjo de localizações e distribuições territoriais das relações estruturais da sociedade. Desta forma o espaço se torna elemento da ação, um condicionante na relação homem/natureza. Ocorre assim, o que Moreira (2004, p. 65) denominou de reinvenção da regulação geográfica em que:

O caráter mediador do espaço assume diferentes conformações de acordo com a sociedade existente. É regulação da humanização do homem pelo próprio homem por meio do processo do trabalho no tópos da história. Mas é regulação das relações de domínio nas sociedades de Classes.

Tem-se, deste modo, um espaço da reprodução, da mediação e da ação, um elemento ativo na sociedade de classes, em que as contradições se engendram em formas espaciais que, por sua vez, agem na transformação da sociedade.

Do exposto, pode-se concluir que é imprescindível discutir de maneira mais intrínseca a inserção do capital no campo, as transformações no seio da sociedade e suas relações com a produção do espaço agrário brasileiro.

3. PEQUENA PRODUÇÃO FAMILIAR E CAPITALISMO: transformações no espaço agrário

Evangelista (2000), em seu trabalho sobre a pequena produção, expõe dados revelando que a participação deste sub-ramo da agricultura na economia americana chega a 54% da produção agrícola do país, gerando uma receita de 87,9 bilhões de dólares anuais. Isso mostra a importância da pequena produção dentro do capitalismo. Deste modo, a questão perpassa pelo desenvolvimento da pequena produção em determinado espaço. Se atualmente, nos Estados Unidos, tal ramo ocupa um lugar de destaque, isso se deve a forma como se deu a inserção do capital no espaço rural estadunidense. E no Brasil? Como o capital se inseriu no espaço rural? E como se comportou este ramo da agricultura diante das transformações ocorridas no campo brasileiro? Desta forma torna-se necessário analisar papel da pequena produção familiar dentro do contexto de transformação do espaço agrário brasileiro.

3.1 Características gerais da pequena produção familiar

A pequena produção rural tem suas primeiras análises feitas, sobre a ótica das relações pré-capitalistas. De acordo com Amin & Vergopoulos (1977) a pequena produção nasce num contexto da história das relações pré-capitalistas que opõem camponeses produtores

organizados em comunidades e uma classe-Estado que controla o acesso ao solo e a extração do excedente agrícola que assume a forma de tributo. Entretanto, não é alvo desta discussão, se estender historicamente por estas relações. É de maior importância, discutir as mudanças ocorridas neste ramo da produção com a inserção do capital e como a mesma é recriada pela economia de mercado.

De acordo com Graziano da Silva (1978, P. 35) a pequena produção tem como principais características:

- Utilização de mão-de-obra familiar. A família como unidade de produção;
- A posse total ou parcial dos instrumentos de trabalho;
- A existência de fatores excedentes (força de trabalho, terra e meios de trabalho) que permitem a produção de um excedente;
- Não é fundamental a propriedade da terra, mas sim, a sua posse que mediatiza a produção.

Outras características podem ser enumeradas, como o uso, na maioria das vezes, de técnicas rudimentares; geração de produtos de elasticidade de renda pequena, como feijão, mandioca, arroz etc; e pequena área total, tanto da unidade como da área explorada (ALVES, 1988). Ainda cabe ressaltar que a questão da subsistência não pode ser reduzida ao autoconsumo da produção. A subsistência engloba o autoconsumo e a venda do excedente. O autoconsumo se refere ao próprio consumo de parte da produção pelo pequeno produtor. Já o excedente produzido é trocado por outros produtos que são importantes para a subsistência de grande contingente populacional, além de movimentar o comércio em pequenas cidades, principalmente nas feiras-livres (HAGUETE, 1982). Porém esta venda não é realizada calculando a taxa de custo de produção ou a taxa de lucro médio como convém para uma produção totalmente capitalizada ou agricultura comercial.

É preciso tratar de maneira mais específica as transformações ocorridas no campo com o avanço do capital, sobretudo no Brasil, e analisar de maneira mais minuciosa a situação da pequena produção neste emaranhado jogo de poderes. Para tanto, é imprescindível tratar sobre a complexidade existente em relação aos termos, pequena produção, agricultura familiar e camponato, para não ser realizado o uso destes termos de maneira avulsa ou incoerente com o propósito deste trabalho.

3.2 Camponês ou agricultor familiar

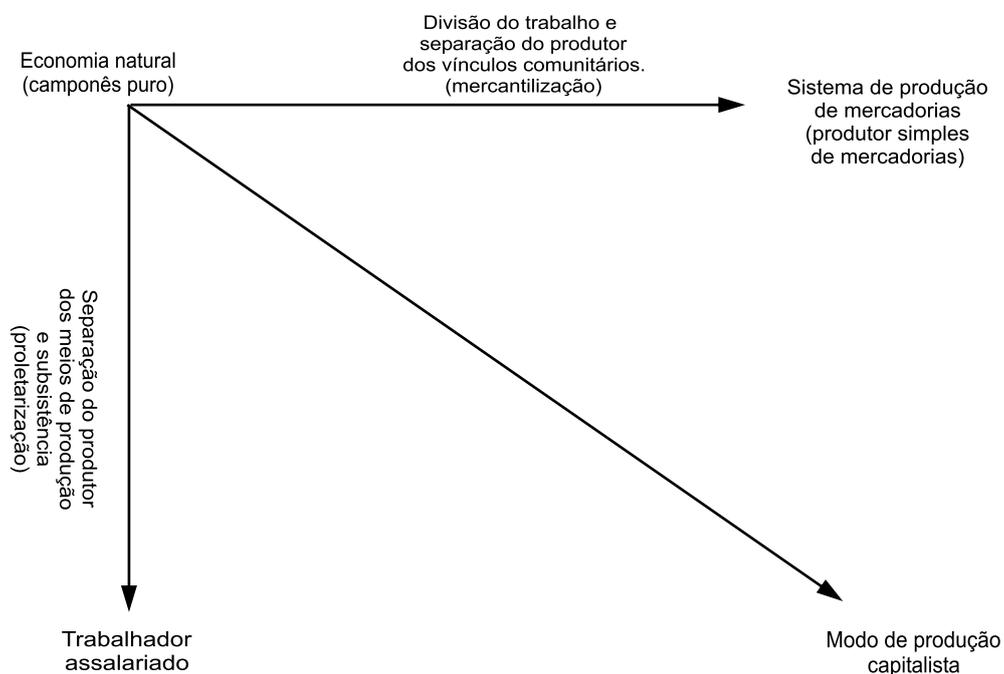
De acordo com Fernandes (2004, p. 29), os teóricos que discorrem sobre a agricultura familiar defendem a ideia

de que o produtor familiar que utiliza os recursos técnicos e está altamente integrado ao mercado não é um camponês, mas sim um agricultor familiar. Desse modo, pode-se afirmar que agricultura camponesa é familiar, mas nem toda a agricultura familiar é camponesa, ou que todo camponês é agricultor familiar, mas nem todo agricultor familiar é camponês. Criou-se assim um termo supérfluo, mas de reconhecida força teórico - política. E como eufemismo de agricultura capitalista, foi criada a expressão agricultura patronal.

Fernandes (2004) expõe que os estudiosos que discutem a questão do campesinato, utilizam o termo *agricultura familiar* não como um modelo teórico, mas como um modelo de organização de trabalho baseado na mão-de-obra familiar. O uso do termo *camponês*, principalmente dentro das políticas públicas, vem caindo em desuso, e aqueles que utilizam a agricultura familiar como conceito teórico desligam-no do conceito de *campesinato*. Os mesmos defendem a ideia que o conceito de camponês não se encaixa mais na realidade atual, sendo um termo arcaico. Tal postura se configura como uma reafirmação das idéias de Marx e Kautsky, sobre o fim do campesinato, pois a agricultura familiar é vista por alguns estudiosos como integrada totalmente ao mercado.

Abramovay (1998) enfatiza o atraso teórico do conceito de agricultura camponesa e seu desaparecimento e traz a tona o conceito de agricultura familiar. Veiga (1991) segue a mesma linha de pensamento, analisando a construção de uma agricultura familiar em oposição à agricultura camponesa. Lamarche (1993), *apud* Fernandes (2004), em suas mais recentes pesquisas, analisa a transformação do campesinato em agricultura familiar, numa perspectiva evolucionista levando em consideração a integração com o mercado.

Desta forma, existem diferentes formas de integração, as quais o camponês é caracterizado como um simples agricultor de subsistência evoluindo para a agricultura familiar totalmente integrada a economia de mercado. Tal pensamento, como já foi citado, não é novo, mais deriva de estudos importantes sobre a questão agrária com a corrente marxista, Kautsky e Lenin. Nakano (1981) expõe esta visão no esquema abaixo.



Fonte: Nakano, 1981.

Neste esquema estão impressos os caminhos do camponês: a sua transformação em produtor simples de mercadorias ou trabalhador assalariado. Nota-se que no primeiro processo condicionante do sistema de produtor de mercadorias, ou que atualmente, alguns estudiosos denominam de agricultura familiar, há uma quebra dos vínculos comunitários. É importante discutir a questão destes vínculos, para tal é necessário uma discussão mais específica sobre este ponto. Como discute Wanderley (1996) a agricultura camponesa é uma forma social da agricultura familiar, pois a mesma está estruturada na propriedade, trabalho e família. Porém, a mesma tem particularidades em relação aos objetivos da atividade econômica, às experiências de sociabilidade e à forma de sua inserção na sociedade global.

Na agricultura camponesa, há todo um saber tradicional que é transmitido aos filhos, uma cultura própria, ligadas, muitas vezes, a laços de parentescos e a formas de vida local. Bombard (2003, p. 112) cita o exemplo do bairro rural no município de Valinhos, fruto da reforma agrária do Governo do Estado de São Paulo em 1960 que a mesma descreve:

Se para o cultivo da uva são utilizados instrumentos especiais com os quais os galhos são "grampeados" aos arames, ao mesmo tempo a fase da lua é observada para a realização da poda. Para o olhar cuidadoso também é possível observar uma garrafa com água pendurada bem no alto, no início da roça, que contém em seu interior água benzida para afastar *mau-olhado*. Inúmeras foram as vezes em que o Bairro se reuniu inteiro para procissões em pedido de chuva após longo período de estiagem. Inúmeras são as relações de troca entre as famílias do Bairro, inúmeras são também as trocas de conhecimento feitas pelos camponeses, que ao contrário de terem o "segredo como a alma do negócio" socializam seu saber, pois *todo mundo tem que comer, não é?*".

Apesar de não ser objetivo deste trabalho fazer uma incursão na Geografia Cultural analisando os aspectos socioculturais, não há como negligenciar aspectos que marcam o modelo camponês. No trabalho de campo desta pesquisa, verificou-se de maneira intensa, os laços de família e solidariedade que são característicos nas relações entre os pequenos agricultores. Além disso, há a identidade com a terra, com o espaço de vivência, que faz com que o pequeno produtor familiar, mesmo diante de dificuldades até extremas, continue a perpetuar esta identidade.

Forma-se uma rede de sociabilidade, que claro, não garante uma total autonomia, um sistema fechado. Há uma necessidade de reservar parte de sua produção para as trocas com o conjunto sociedade, e para atender imposições do mercado, que inserem elementos que lhe são, originalmente, externos.

Outro ponto importante do modelo camponês e a subsistência. Segundo Lamarche (1994 *apud* WANDERLEY, 1996), o modelo camponês não se reduz apenas a subsistência, há o plano de reprodução e crescimento familiar. Ainda em relação a este modelo, Wanderley (1996, p. 06), expõe a seguinte colocação:

Gostaria de formular a questão nos seguintes termos: a agricultura camponesa é, em geral, pequena, dispõe de poucos recursos e tem restrições para potencializar suas forças produtivas; porém, ela não é camponesa por ser pequena, isto é, não é a sua dimensão que determina sua natureza e sim suas relações internas e externas [...]

Tais relações foram já expostas, características que não se perderam por total, frente ao avanço do capital. O campesinato continua a se reproduzir em diversas sociedades modernas.

A passagem de campesinato para outras formas da agricultura familiar mais modernas, como alguns estudiosos afirmam, parece não mostrar o total fim deste modelo. Como afirma Wanderley (1996, p. 08):

Do ponto de vista do agricultor, parece evidente que suas estratégias de reprodução, nas condições modernas de produção, em grande parte ainda se baseiam na valorização dos recursos de que dispõem internamente, no estabelecimento familiar, e se destinam a assegurar a sobrevivência da família no presente e no futuro. De certa forma, os agricultores familiares modernos “enfrentam” os novos desafios com as “armas” que possuem e que aprenderam a usar ao longo do tempo.

Mesmo diante de novas condições de produção, os mecanismos intrínsecos do modelo camponês continuam sendo utilizados. Tratar o camponês como algo estranho ao capital é, de certa forma, cair num reducionismo, pois tal modelo se encontra já inserido dentro da lógica capitalista. O capital extrai o excedente, quando o camponês vende seus produtos por um preço inferior, e o mesmo assim transfere parte de sua renda para a sociedade, é a sujeição da renda da terra ao capital (OLIVEIRA, 1991). Deste modo, fica evidente o mecanismo que possibilita a reprodução do campesinato na esfera capitalista. Mesmo dentro desta lógica, para o modelo camponês a reprodução familiar ainda é a base do mesmo, que não tem como objetivo principal a expropriação do trabalhador ou extração de mais-valia. Diante do não desaparecimento total do campesinato se tenta refutar o conceito, o que pode causar uma interpretação idealista calcada num pensamento linear de desaparecimento do campesinato e a construção de um empresário rural. Fernandes (2004, p. 280) ao discutir sobre a tese do desaparecimento do campesinato conclui que:

Se concordássemos com essa tese, poderíamos desconsiderar trabalhos a respeito do campesinato, que são importantes referências teóricas na Geografia, como a obra Agricultura Camponesa no Brasil, de OLIVEIRA, 1991, na Sociologia, que é o belo trabalho de TEDESCO, 1999, denominado: Terra, trabalho e família: racionalidade produtiva e ethos camponês. Ainda, na Antropologia, como por exemplo, o clássico Herdeiros, parentes e compadres, de WOORTMANN, 1995, entre tantos outros. De fato, o conceito de camponês não perdeu o seu poder explicativo. Caso contrário, as pesquisas realizadas, que tomaram como referências teóricas as obras citadas, não conseguiriam explicar os problemas que se propuseram compreender.

Considerar a total obsolescência do conceito de agricultura camponesa e elevar a agricultura familiar a um marco conceitual parece ser por demais exagero frente a permanência do modelo camponês que é recriado pelo modo de produção capitalista; e, principalmente, ao modelo agrário brasileiro que será discutido posteriormente. Moraes (1998), em seu artigo sobre a identidade do campesinato, lança um questionamento sobre a construção de uma nova macro-identidade política chamada agricultura familiar e a redução do campesinato a uma micro-identidade. Não é de se estranhar que no governo de Fernando Henrique Cardoso e continuando no governo Lula, as políticas públicas voltadas para o rural,

colocaram e colocam a agricultura familiar como marco teórico de balizamento de ações no campo brasileiro, esvaziando o conceito dos resquícios que ligam a agricultura camponesa.

Diante destes fatos, este trabalho não considera a agricultura familiar como um conceito, mas como um modo de organização do trabalho, dentro da agricultura que ainda preserva vínculos com o modelo camponês. O termo *pequena produção familiar*, presente no título deste trabalho está calcado em duas características presentes na agricultura no espaço rural canguaretamense, que é o trabalho familiar e a pequena produção de caráter de subsistência e de comercialização no mercado local. O aparecimento do termo *agricultura familiar* no texto está atrelado à reprodução do campesinato. Cabe, na sequência, discutir o modo de produção camponês no contexto do espaço agrário brasileiro e suas peculiaridades.

3.3 A produção camponesa brasileira

Para a progressão deste trabalho faz-se necessário definir claramente, o que seria a produção camponesa, dentro da lógica capitalista em nosso país. Convém destacar que a construção do espaço rural brasileiro esteve atrelado as grandes propriedades, ficando a economia camponesa em segundo plano, ao contrário do que ocorreu em alguns países europeus e dos Estados Unidos. Daí ser importante fazer esta análise à luz da produção científica nacional sobre o tema.

Os estudos sobre a produção camponesa, inicialmente, foram realizados sob a ótica de combinação de modos de produção, ou seja, o modo de produção camponês, no interior do modo de produção capitalista. No Brasil, esta combinação foi atrelada ao sistema de *plantation*¹, destacando-se, de acordo com Wanderley (1985), os trabalhos de Moacir Palmeira (1971), sobre o *plantation* pernambucano; Garcia Júnior (1975), que analisa a questão do trabalho familiar; e Otávio Velho (1976), com trabalhos relacionados ao campesinato, em São Paulo.

De acordo com a teoria da combinação de modos de produção havia uma separação do trabalhador do meio de produção (a terra). Entretanto, existia uma cooperação dentro do sistema de *plantation*, que operava com base escravista, bem como em relações servis (o camponês), ou o assalariado formal. Era importante, neste sistema manter, a mão-de-obra mobilizada na terra, por isso a necessidade de vincular trabalhadores à terra (PALMEIRA, 1971, *apud* WANDERLEY, 1985). Este vínculo com a terra não seguia os moldes do feudalismo, com o sobretrabalho nas terras do senhor feudal, o trabalho dos produtores seguiam diretamente para o proprietário (WANDERLEY, 1985). Nesta corrente, a produção camponesa está articulada ao modo de produção capitalista, sendo definido como um campesinato marginal ao sistema de *plantation*. A questão da manutenção da estrutura familiar na produção e regras de parentesco definiriam um campesinato articulado com o sistema de *plantation* (GARCIA, 1975 *apud* WANDERLEY, 1985).

A outra explicação está ligada a reprodução das relações não capitalistas de produção subordinadas à dominação do capital, com seus estudos potencializados principalmente por José de Souza Martins, em trabalhos sobre a questão agrária brasileira. Aqui, o desenvolvimento do capitalismo no campo ocorre pela recriação de relações não-capitalistas

¹ Agrossistema baseado na grande propriedade agrícola na qual se cultivam produtos para a exportação que foi implantado durante o processo da colonização da América e do continente africano.

de produção, no caso, o campesinato. Esta recriação de acordo com Martins (1973) teria como cerne o trabalho familiar e através deste a expropriação de renda territorial capitalizada. Desta forma, não ocorre a total transformação do camponês em proletários sendo estes reproduzidos pelo capital. Na mesma linha de pensamento segue Oliveira (1986, p. 11) quando afirma que é “o próprio capitalismo dominante que gera relações de produção capitalistas e não-capitalistas, combinadas ou não, em decorrência do processo contraditório intrínseco a esse desenvolvimento”. É a acumulação primitiva necessária ao desenvolvimento do capital. Assim, a pequena produção deve ser entendida como uma atividade sustentada pelo capital, com o objetivo de expropriar a renda da terra. Sobre esta ideia Oliveira (1986, p. 13) assevera:

Estamos, pois, diante do processo de sujeição do campesinato ao capital, uma sujeição que se dá sem que o trabalhador seja expulso da terra, sem que se dê a expropriação de seus instrumentos de produção. Estamos diante da sujeição da renda da terra ao capital. Esse é o mecanismo básico do processo de expansão do capital no campo. Esse processo se dá quer pela compra e venda da terra, quer pela subordinação da produção camponesa.

Compreender a questão da renda da terra é fundamental para a compreensão do processo de avanço do capital no campo. A renda é um lucro suplementar, extraordinário produto do trabalho excedente, sendo assim, uma fração da mais-valia (OLIVEIRA, 1986). No feudalismo, a renda da terra era paga em produto, em trabalho, ou em dinheiro, pelo servo, não sendo determinada pelo lucro médio, simplesmente porque se colocava como um tributo pessoal. Para Suzuki (2006, p. 218):

[...] a renda da terra se colocava como uma renda pré-capitalista, portanto feudal, enquanto a renda fundiária capitalista como renda capitalizada. Quem paga o tributo pessoal, sob o Feudalismo, é, sobretudo, o servo ou o camponês livre, em regime de vassalagem, cujos resultados do trabalho excedente não se inscrevem como lucro, mas como renda que ao trabalhador não pertence, sendo apropriada pelo senhor feudal.

Tal lógica não podia ser entendida dentro dos vieses capitalistas, visto que a renda não era viabilizada pelo lucro médio e sim por uma relação de submissão devido a concessão do uso da terra por parte do senhor feudal ao servo.

Para que o capital se efetive faz-se necessário a submissão do trabalho aos seus interesses. No capitalismo comercial teve início-se à separação do trabalhador dos seus meios de produção, constituindo-se assim trabalhador livre submetido ao trabalho assalariado, fator que é imprescindível para que o capital pudesse se reproduzir. Sobre este processo de proletarianização Dutra Junior (2008, p. 199) argumenta:

Para o camponês o que antes significava fartura, como uma colheita vasta, sob a frieza das leis da oferta e da procura, passou a significar escassez e necessidade; a queda dos preços do seu produto. A perda da sua terra para o capital usurário para saldar as dívidas, a proletarianização induzida deste e a dos filhos que eram enviados para a cidade, pois a sazonalidade do trabalho dificultava a manutenção dos mesmos na terra por conta do custo; tudo isto selado pela separação dos meios de produção

que gera uma grande maioria camponesa na mesma condição geral de todo o trabalhador no modo de produção capitalista: vendedor de força de trabalho (proletarização do camponês).

Desta forma, o capital domina as relações de trabalho, mas resta um ponto importante a terra. É preciso realizar a exploração capitalista da terra que depende de um pagamento ao proprietário, é a chamada renda da terra (MARTINS, 1981).

Assim, o capital reinventa o modo de se obter a renda da terra. Diferentemente do feudalismo, a renda não é mais definida por relações de vassalagem, agora é capitalizada como lucro extraordinário acima do lucro médio (MARX, 1985). Com efeito, a renda capitalizada é definida pelo lucro médio, como também, pela taxa corrente de juros na economia do mercado. O preço da terra passa a ser definido não só pelos atributos naturais, mas também como renda capitalizada. Para Dutra Junior, (2008, p. 200) com a apropriação renda da terra pelo capital o trabalho camponês lhe fica subordinado, pois, “o trabalho no sistema do capital é a condição da produção do valor e da mais-valia, portanto, mesmo as formas produtivas, que não possam ser consideradas tipicamente capitalistas, são inseridas no circuito da reprodução ampliada do capital”, pois entram no jogo da renda da terra, agora capitalizada. O capital, por conseguinte, sujeitou a renda da terra produzida pelos camponeses, encaixando também a pequena produção, a sua lógica, convertendo assim, a renda em capital. Na agricultura camponesa, o processo de produção do capital não se produz unicamente por relações capitalistas. Consequentemente, o desenvolvimento do capitalismo no campo abre espaço para a expansão do trabalho familiar camponês (como camponês proprietário, meeiro, parceiro, rendeiro ou posseiro).

Nakano (1981), em seus estudos sobre as condições de existência da produção capitalista no campo, trata com veemência a extensão da pequena produção familiar, através de fórmulas relacionadas ao custo de produção. Na agricultura capitalizada, com a restrição da renda fundiária, as condições de existência da produção são expostas na seguinte fórmula: $Pa \geq Ca + Wa + rKa + RTa$. Nesta fórmula Pa , preço do produto agrícola, deve suprir os custos de produção, denominada de Ca , e também dos salários (Wa), obtendo lucro sobre o capital total investido (rKa) e a renda da terra (RTa). Aqui, diferentemente da indústria, uma parte da mais-valia é captada em forma de renda da terra. Deve-se considerar que a terra é um bem escasso e não pode ser reproduzido em larga escala, podendo ser monopolizado na propriedade privada. Deste modo, o preço agrícola contém um elemento do monopólio da renda da terra. Assim, a terra exerce um papel fundamental no preço final de mercado.

Já a produção camponesa é regida por relações internas que dispensam, como condição de existência, a taxa de lucro médio sobre o capital investido e a renda da terra. Neste caso a fórmula que rege esta produção é expresso no preço de reprodução familiar: $Pr \geq Cr + CRFr$, onde Pr , o preço do produto agrícola do produtor familiar, deve repor os custos de produção (Cr) e o custo de reprodução da família ($CRFr$). Esse custo de reprodução familiar engloba custos com educação, saúde dentre outros que permitam a reprodução ampliada da família. Pode-se concluir que o preço do produto agrícola familiar chega mais barato ao mercado. Deste modo, para garantir o abastecimento de alguns gêneros alimentícios a baixo custo, urge garantir a pequena produção (NAKANO, 1981). Para determinadas culturas, o estabelecimento de unidades produtivas de maior escala requer maiores custos com suportes

administrativos, dentre outros fatores que fariam subir o preço final do produto, dificultando a sua comercialização, como por exemplo, o feijão, milho ou mandioca. Cabe ainda ressaltar, que na agricultura, a formação de uma linha de produção capaz de permitir ao capital o controle de todos os meios de capitação de mais-valia, é mais complexo. Há exceções como a produção de frangos ou laticínios que conseguem inserir mecanismos de um sistema fabril (NAKANO, 1981, p. 13). Há ainda os fatores naturais, que apesar dos avanços tecnológicos é impossível para a grande empresa capitalista manter o controle por total.

Assim, o capitalismo como estrutura dominante, determina o conteúdo, a forma e o sentido dos elementos, diferentemente da fase pré-capitalista. Por isso, a pequena produção deve ser analisada dentro de uma totalidade dinâmica, a totalidade imposta pelo capital e não meramente como uma atividade simples sujeita a extinção completa. Oliveira (1991, p. 11) expõe que “entender o desenvolvimento desigual do modo de produção na formação social capitalista, significa entender que ele supõe sua reprodução ampliada, ou seja, que só será possível ser articulada com relações sociais não-capitalistas.”

Maria Nazareth Baudel Wanderley (1985), em seu trabalho intitulado “*O camponês: um trabalhador para o capital*”, analisa a produção familiar camponesa na sociedade capitalista, discutindo, também, o campesinato brasileiro através uma reflexão teórica do camponês como trabalhador para o capital diferente do assalariado, mas também portador da força de trabalho, procurando ligar com a formação do campesinato brasileiro. Trata-se de uma reflexão teórica que vem complementar a segunda explicação aqui exposta, discutindo a questão das relações não capitalistas. Para melhor compreensão, segue reflexão feita pela autora sobre a questão das relações não capitalistas:

Retomemos, por exemplo, a análise de José de Souza Martins. Partindo da constatação de que o capital transforma a renda fundiária pré-capitalista em renda capitalista, ele afirma que este mesmo processo de transformação justifica a recriação de relações pré-capitalistas ou não-capitalistas. Não seria mais lógico tirar a conclusão contrária, de que o capital não preserva o camponês ou as relações pré-capitalistas em geral, mas que o(as) transforma? A renda capitalista é qualitativamente diferente, pois é transformada da renda pré-capitalista. Não é mais possível denominá-la de pré-capitalista, embora continue sendo renda da terra. O camponês não seria, igualmente transformado, de maneira a se tornar outra coisa que o camponês pré-capitalista ou não-capitalista? (WANDERLEY, 1986, p. 36)

Wanderley defende uma linha de análise da qual o camponês continua a existir enquanto categoria de análise, porém diferentemente das outras posições. Esta estudiosa lança outra ótica - a da transformação do Camponês em algo novo, criado pelo capital, e que precisa ser analisado dentro desta lógica e não através do que fora.

O ponto principal desta abordagem está alicerçado na ideia de que o capital separa o produtor direto de seus meios de produção, causando um processo de proletarização. Entretanto, o capital não proletariza toda a força de trabalho, especificamente na agricultura. Sobre esta condição Wanderley (1985, p. 37) atesta:

Sustentar que esta força de trabalho não proletariza é algo pré ou não capitalista, mesmo quando se introduz a referência à subordinação do capital, é explicá-la, de um certo modo e em graus diferentes, como outra coisa que o capital, estranha a

ele, embora se seja útil ou necessária. É afirmar que o capital explica sua presença pela subordinação, mas não a explica em sua natureza intrínseca, pois que pré ou não capitalista; é negar o espaço que o capital cria para sua reprodução e que torna, por isso mesmo, não algo diferente do capital, mas um elemento do seu próprio funcionamento, portanto, um elemento capitalista.

Deste modo, a produção capitalista cria um espaço para a reprodução do camponês, se constituindo um trabalhador para o capital, no qual a expropriação da força de trabalho não se dá exclusivamente, pela proletarização, mas também sobre outras formas. Assim, a reprodução do modelo camponês não está ligada, propriamente, ao grau de desenvolvimento do capitalismo, mas, às condições históricas do funcionamento do capital que estão atreladas, de um lado, com as contradições econômicas e de outro, com elementos de ordem política, privilegiando, ou não, a classe burguesa que opera no setor agrícola (WANDERLEY, 1985).

Atente-se para a questão da propriedade da terra. Para o camponês, dentro dos moldes capitalistas, ocorre uma transformação da propriedade camponesa em uma propriedade privada. A terra adquire um preço equivalente à renda da terra. Se o camponês conseguir se apropriar desta renda, que é uma parcela da mais-valia, transformar-se-á num proprietário capitalista. Caso não consiga pagar o preço da terra com seu próprio trabalho não recuperando a renda, esta é apropriada pelo capital através do sobretrabalho, apesar de juridicamente a terra pertencer ao camponês, este não a concretiza economicamente com a apropriação da renda fundiária capitalizada (WANDERLEY, 1985). Fica claro que a propriedade livre desaparece dando lugar a propriedade capitalista da terra, apesar de juridicamente estar nas mãos do camponês.

E aqui entra a questão da subordinação do camponês ao capital. Há uma quebra da propriedade livre, não significando o desaparecimento do camponês, mas sua recriação dentro da ótica do capital, como um trabalhador para este sistema.

Tal recriação foi uma forma de o capital dominar a agricultura e concretizar a transferência para fora do setor da mais-valia produzida, sem que alguém reivindicasse a renda fundiária, como aconteceria, caso houvesse o arrendamento da terra por parte do capitalista ao proprietário agrário. Desta forma, o capital recria um agente que trabalha, mas que não reivindica a sua participação, que é o caso do camponês (WANDERLEY, 1985). Por conseguinte, a mais-valia produzida pelo camponês é apropriada por terceiros e inserida no processo de acumulação global. Assim, “a exploração camponesa constitui, portanto a base de uma das formas de dominação do capital na agricultura” (WANDERLEY, 1985, p. 50).

O camponês é um tipo de trabalhador diferenciado, diferente do trabalhador totalmente proletarizado. A produção familiar é a base de sua remuneração, diferentemente da base do trabalhador assalariado. É uma renda indivisível, fruto do trabalho solidário dos membros da família. Cabe destacar, que na exploração familiar, não há a cobrança de horas extras, e o trabalho desprendido a mais é para garantir uma maior renda familiar com a produção (TEPICHT, 1973, *apud*, WANDERLEY, 1985).

O trabalho familiar possibilita a realização de atividades agrícolas não rentáveis para o capital, sobretudo de alguns gêneros alimentícios de baixo valor, garantindo parte da subsistência para a população; e o capital absorve esta mais-valia produzida quando os produtos são inseridos dentro da economia de mercado. Vale salientar que o mercado

capitalista não atinge só as mercadorias produzidas pelo camponês, mas parte de seus meios de produção necessários além de mercadorias que serão adquiridas com a venda da produção. Só o camponês se dispõe a produzir em condições que, para o capital, significaria ônus em terras pouco férteis, rebanhos de qualidade inferior, dentre outros fatores (LENINE, 1975, *apud*, WANDERLEY, 1985).

Outro fator importante, é o não-cálculo em termos monetários do custo da mão-de-obra familiar. O grau de sua intensificação é apenas para garantir o necessário a sua reprodução. O camponês, conforme Wanderley (1985, p. 54) “através dos mecanismos de crédito, o sobretrabalho camponês é extorquido e apropriado por setores dinâmicos da economia.”

Em resumo, o campesinato é recriado pelo capital, não como uma relação não-capitalista, mas como fruto de uma nova forma encontrada pela produção capitalista para se apropriar da renda fundiária. O ritmo da reprodução do camponês está atrelado a determinados fatores, como Wanderley (1985, p. 54) dispõe:

A importância que assume o setor camponês em cada sociedade depende, fundamentalmente, de uma dupla ordem de fatores: por um lado, a natureza e a intensidade das contradições geradas pelo desenvolvimento do capitalismo, em consequência das especificidades de seu funcionamento no setor agrícola; por outro lado, razões de ordem política, que dizem respeito às relações de força no interior das classes dominantes, e entre estas e as classes subalternas.

Como a autora bem detalha, a reprodução do campesinato está ligada a fatores econômicos e políticos. Claro que estes fatores não devem ser vistos de maneira isolada, afinal, estão intimamente entrelaçados, principalmente no que concerne à construção do espaço agrário brasileiro. Ou por acaso, a questão da reforma agrária que beneficiaria os pequenos produtores familiares, e que se configura principalmente como um fator político, não está atrelada a interesses do grande capital presente no campo brasileiro? Isso explica, de certa forma, a extrema lentidão deste processo no Brasil. Pode-se, ainda, citar a questão do crédito agrícola para os pequenos produtores, que apesar de ter tido um relativo crescimento nos últimos anos, ainda continua restrito para grande parte dos pequenos produtores. Tais constatações reforçam, de certo modo, o interesse do capital em manter um número considerável de camponeses em situação de exploração, ou seja, um trabalhador para o capital. Apesar de, em nosso país, haver exemplos de tecnificação da pequena produção, este deve ser visto com cautela, pois não se trata necessariamente da constituição da figura de um *farmer* brasileiro, pois no contexto histórico de inserção do capital na agricultura, o Brasil se difere e, muito, dos Estados Unidos, onde há forte presença do *farmer* propriamente dito, ou o pequeno empresário rural.

Após esta breve discussão, a presente pesquisa considera o pequeno produtor familiar como um camponês, diferente do europeu, mas com características intrínsecas a este modelo as quais foram recriadas pelo contexto histórico da produção capitalista no campo brasileiro. Dada as discussões aqui expostas, este tipo de trabalhador rural, dito livre, possui consideráveis semelhanças com o campesinato. Tal fato fez e faz com que importantes estudiosos, apesar das divergências teóricas, como Caio Prado Júnior, José de Souza Martins, Maria Nazareth Baudel Wanderley, Arioaldo Umbelino de Oliveira, dentre outros, afirmem,

em seus estudos, a formação do campesinato no espaço agrário brasileiro. Dentro deste campesinato configuram-se as nomenclaturas genéricas, como pequena produção, agricultura familiar, ou de subsistência.

4. CONCLUSÕES

A produção científica envolvendo a temática agrária é rica e extensa. No Brasil a produção desta área também segue os mesmos parâmetros revelando as profundas mudanças socioespaciais ocorridas no campo brasileiro. Muitas destes estudos permeiam árduas discussões, como a que envolve o conceito de agricultura familiar, por exemplo. Contudo a base, não importando a corrente teórica, permanece semelhante, que o espaço geográfico é construído desigualmente, que produz uma realidade social marcada por diferenças. O espaço agrário segue neste viés de transformação e de reprodução desigual que imprime novas formas de manutenção das relações sociais, ora associadas, ora contraditórias. É importante que o Geógrafo, cientista social ou pesquisador de áreas afins, possam aprimorar os estudos relacionados a linha agrária. Em tempos de grande ênfase dos estudos urbanos e ambientais, a temática agrária não pode ser ignorada, pois o espaço geográfico não pode ser analisado apenas através de uma ótica, mas nas suas mais variadas manifestações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. **Agricultura familiar e uso do solo**. São Paulo: São Paulo em perspectiva, v.11, n. 2, abril/junho, 1998.
- ALVES, Eliseu. **Pobreza rural no Brasil: desafios da extensão e da pesquisa**. Brasília: CODEVASF, 1988.
- AMIN, Samir; VERGOPOULOS, Kostas. **A questão agrária e o capitalismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- BOMBARD, Larissa Mies. **O papel da geografia agrária no debate teórico sobre os conceitos de campesinato e agricultura familiar**. São Paulo: GEOUSP - Espaço e Tempo, n. 14, 2003. p. 107-117.
- BARRIOS, Sônia. A produção do espaço. In: SOUZA, Maria Adélia de; SANTOS, Milton. Org. **A construção do Espaço**: Nobel, 1986.
- CHAYANOV, Alexander V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 2000.
- EVANGELISTA, Raimundo Francisco. **A agricultura familiar no Brasil e no Nordeste**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, ETENE, 2000.
- FAJARDO, Sérgio. **Algumas discussões sobre a abordagem econômica do território na geografia e suas implicações no espaço rural**. RA'É GA, n. 10, p. 131-137. Curitiba: UFPR, 2005.

- FERNANDES, Bernardo Mançano. **Espaços agrários de inclusão e exclusão social: novas configurações do campo brasileiro**. São Paulo: AGRÁRIA, n. 1, 2004, p. 16-36.
- GODOY, Paulo. **Uma reflexão sobre a produção do espaço**. Rio Claro: Estudos Geográficos, v.2, junho, 2004, p. 29-42.
- GOMES, Paulo César da Costa. **Geografia e Modernidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.
- HAGUETE, André. **O pequeno produtor rural e a estrutura de poder: um estudo bibliográfico do produtor rural de "baixa renda"**. Fortaleza: CETREDE, 1982
- HARVEY, David. **A Produção Capitalista do Espaço**. São Paulo: Annablume, 2004.
- JUNIOR, Dutra. A reprodução do capital no campo e o território da resistência do campesinato: o movimento dos pequenos agricultores (MPA) na Bahia. Rio de Janeiro: **CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária**, v. 3, n. 5, 2008, p. 195-213.
- KAUTSKY, Karl. **A questão Agrária**. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.
- LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Tradução Grupo "As (im)possibilidades do urbano na metrópole contemporânea", do Núcleo de Geografia Urbana da UFMG (do original: *La production de l'espace*. 4^e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão : início - fev.2006.
- LIMA, Mário José de. **Capital e a pequena produção**. Rio Branco: Editora Linarth, 1982.
- LIPIETZ, Alain. **O capital e seu espaço**. São Paulo : Nobel, 1988.
- MARTINS, José de Souza. **A imigração e a crise do Brasil Agrário**. São Paulo, Pioneira, 1973.
- _____. **O cativo da terra**. São Paulo: Lech, 1981.
- MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**; trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural. Livri I, vol. 2, 1985.
- _____. **Formações econômicas pré-capitalistas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- MORAES, Maria Dione C. de. **De camponês a agricultor familiar: imagens do campesinato, como identidades na ordem da razão**. Campinas: Raízes, n. 17, junho, 1998, p. 121-133.
- MOREIRA, Ruy. Velhos temas, novas formas. In: MENDONÇA, Francisco; KOZEL Salete. Orgs. **Elementos de epistemologia da geografia contemporânea**. Curitiba: Editora UFPR, 2004.
- _____, **Pensar e ser em geografia: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico**. São Paulo: Contexto, 2004.
- NAKANO, Yoshiaki. **A destruição da renda da terra e da taxa de lucro na agricultura**. São Paulo: Revista de Economia Política, vol. 1, n. 3, julho-setembro, 1981, p. 3-16.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.
- _____. **Modo de produção capitalista na agricultura**. São Paulo: Ática, 1986.
- PRADO JÚNIOR, Caio. **A questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1979.

ROSSINI, Rosa Ester. **A produção do espaço rural: pressupostos gerais para a compreensão dos conflitos sociais no campo**. In: SOUZA, Maria Adélia de; SANTOS, Milton. Orgs. A construção do Espaço: Nobel, 1986.

SANTOS, Milton. O retorno do território. In: SANTOS, M. et al.(Orgs): **Território: Globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec / Anpur, 1996.

_____. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: EDUSP, 2005.

_____. **Economia Espacial: críticas e alternativas**. São Paulo: EDUSP, 2007.

_____. **Pensando o Espaço do Homem**. São Paulo: EDUSP, 2007.

_____. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: EDUSP, 2008.

SUZUKI, Júlio César. Questão agrária na América Latina: renda capitalizada como instrumento de leitura da dinâmica sócio-espacial. En publicación: **América Latina: cidade, campo e turismo**. Amalia Inés Geraiges de Lemos, Mónica Arroyo, María Laura Silveira. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, San Pablo. Diciembre 2006.

SILVA, José F. Graziano. **Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira**. São Paulo: HUCITEC, 1978.

VEIGA, José Eli. **O Desenvolvimento Agrícola: uma visão histórica**. São Paulo: Hucitec, 1991.

WANDERLEY, Maria Nazareth B. **O camponês: um trabalhador para o capital**. Brasília: Caderno de Difusão Tecnológica, vol.1, janeiro-abril, 1985, p. 13-78.

1. _____. **Raízes históricas do campesinato brasileiro**. Caxambu: XX Encontro Anual da ANPOCS (anais), v.1, 1996, p. 2-18.